

## Sumário

Editorial.....	9
----------------	---

### **DOCTRINA**

#### **Artigos**

Relação entre desenvolvimento econômico, desenvolvimento constitucional e originalidade do Brasil

Michele Carducci.....	15
-----------------------	----

1	Constituições e ideias de desenvolvimento.....	16
2	O "transformativismo" constitucional.....	18
3	Os paradigmas do "dirigismo" constitucional.....	19
4	Uma Constituição "macroterritorial".....	21

La "buena administración" y el "interés general"

Graciela Ruocco.....	27
----------------------	----

	Introducción.....	27
1	Origen y evolución del concepto de "interés general".....	30
2	Origen y evolución del concepto de buena administración.....	32
3	La buena administración como un derecho fundamental de contenido plural.....	34
4	La buena administración como un deber, correlativo del derecho.....	36
5	La buena administración como un principio rector.....	38
6	La "buena administración" debe servir con eficacia el "interés general".....	41

Reflexiones sobre la justicia contencioso administrativa en México

Rubén Minutti Zanatta.....	47
----------------------------	----

I	Competencia.....	47
II	Denominación y ubicación.....	48
III	Proceso y problemática.....	50
IV	Crítica y propuesta.....	62

Le prospettive del policentrismo in Italia – Radici e costruzioni identitarie tra storiografia e dottrina giuridica

Gianfranco Stanco.....	67
------------------------	----

1	Lo Stato liberale tra opzioni autonomistiche e scelte di accentramento.....	68
2	Il centralismo autoritario dello Stato corporativo.....	80
3	Il pluralismo territoriale della Costituzione repubblicana.....	84
4	La <i>Repubblica delle autonomie</i> – Regionalismo o municipalismo?.....	95

A intervenção estatal na economia e o direito ao meio ambiente

Alfonso Buteler.....	109
----------------------	-----

1	Introdução.....	110
2	A intervenção estatal na Constituição Argentina.....	110
3	Reflexões sobre desenvolvimento econômico, meio ambiente e intervenção estatal.....	117

A objeção de consciência no Direito Internacional e os direitos fundamentais –  
Reflexos no constitucionalismo brasileiro

<b>Eduardo Biacchi Gomes, Rogério Carlos Born</b> .....	121
1 Introdução.....	122
2 O Direito Internacional e a liberdade de consciência.....	123
3 A objeção de consciência no Direito Comparado e no direito brasileiro.....	127
4 Considerações finais.....	133
Referências.....	135

Comissão Parlamentar de Inquérito – Substituição de membro da comissão – Ato  
*interna corporis*

<b>Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz</b> .....	139
--	-----

Paradoxos do federalismo – Uma observação pragmático-sistêmica

<b>Caroline Müller Bitencourt, Janriê Rodrigues Reck</b> .....	151
Introdução.....	151
1 Federalismo em termos sistêmicos.....	153
2 Preponderância de interesses e o dever de decisão.....	166
3 Competências Públicas na Constituição de 1988 – Procedimentos de decisão.....	169
Considerações finais.....	173
Referências.....	174

De poder nulo a poder supremo – O Judiciário como superego

<b>José Emílio Medauar Ommati, Julio Pinheiro Faro</b> .....	177
1 Introdução.....	177
2 O início da supremacia do Judiciário.....	180
3 A crítica ao Judiciário como superego.....	182
4 Independência e comportamento dos juizes.....	190
5 Conclusões.....	203
Referências.....	204

Serviço público e concorrência – Ensaio para uma quebra do princípio da  
titularidade estatal exclusiva

<b>Fernando Menegat</b> .....	207
1 Introdução.....	207
2 Regulação estatal dos serviços públicos.....	209
2.1 A evolução histórica da noção de serviço público.....	209
2.2 Estado subsidiário, regulação estatal e serviços públicos.....	214
3 Serviço público e concorrência.....	221
3.1 Regulação e concorrência.....	222
3.2 Concorrência nos serviços públicos: propostas para uma quebra do princípio da titularidade estatal exclusiva.....	228
4 Conclusão.....	243

Regime Diferenciado de Contratações sob a ótica do princípio da supremacia do  
interesse público

<b>Isabelle de Carvalho Rodrigues, Victor Godeiro de Medeiros Lima</b> .....	247
1 Introdução.....	247
2 Regime Diferenciado de Contratações.....	249
2.1 Objetivos do Regime Diferenciado de Contratações.....	250
2.2 Princípios básicos aplicáveis ao RDC.....	251
2.3 Eventos nos quais o RDC pode ser aplicado.....	251

2.3.1	Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.....	252
2.3.2	Copa das Confederações da Federação Internacional de Futebol Associado – FIFA 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014.....	253
3	Tribunal de Contas da União.....	253
3.1	Atuação do TCU frente ao RDC.....	254
4	Observância do princípio da supremacia do interesse público sob a luz do RDC.....	255
4.1	Princípio da supremacia do interesse público.....	255
4.2	O Regime Diferenciado de Contratações atenderia o interesse público?.....	256
4.2.1	Os eventos esportivos em questão são benéficos ao País?.....	256
4.2.2	Seria a criação do RDC mesmo necessária?.....	257
5	Considerações finais.....	258
	Referências.....	260

## **Parecer**

Eleição para cargos diretivos de Tribunal de Justiça e capacidade eleitoral passiva.  
Limites do poder constituinte estadual

<b>Clèmerson Merlin Clève</b> .....	265
1 A consulta.....	265
2 A inconstitucionalidade do art. 99, I, da Constituição Estadual do Paraná e do art. 82, §8º, do Regimento Interno do TJ/PR.....	266
3 Inaplicação das disposições inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça do Paraná.....	272
4 Conclusão.....	275

<b>ÍNDICE</b> .....	277
---------------------	-----

<b>ABSTRACTS</b> .....	283
------------------------	-----

<b>INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES</b> .....	287
---	-----

2.3.1	Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.....	252
2.3.2	Copa das Confederações da Federação Internacional de Futebol Associado – FIFA 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014.....	253
3	Tribunal de Contas da União.....	253
3.1	Atuação do TCU frente ao RDC.....	254
4	Observância do princípio da supremacia do interesse público sob a luz do RDC.....	255
4.1	Princípio da supremacia do interesse público.....	255
4.2	O Regime Diferenciado de Contratações atenderia o interesse público?.....	256
4.2.1	Os eventos esportivos em questão são benéficos ao País?.....	256
4.2.2	Seria a criação do RDC mesmo necessária?.....	257
5	Considerações finais.....	258
	Referências.....	260

## **Parecer**

Eleição para cargos diretivos de Tribunal de Justiça e capacidade eleitoral passiva.  
Limites do poder constituinte estadual

<b>Clèmerson Merlin Clève</b> .....	265
1 A consulta.....	265
2 A inconstitucionalidade do art. 99, I, da Constituição Estadual do Paraná e do art. 82, §8º, do Regimento Interno do TJ/PR.....	266
3 Inaplicação das disposições inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça do Paraná.....	272
4 Conclusão.....	275

<b>ÍNDICE</b> .....	277
---------------------	-----

<b>ABSTRACTS</b> .....	283
------------------------	-----

<b>INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES</b> .....	287
---	-----

2.3.1	Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.....	252
2.3.2	Copa das Confederações da Federação Internacional de Futebol Associado – FIFA 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014.....	253
3	Tribunal de Contas da União.....	253
3.1	Atuação do TCU frente ao RDC.....	254
4	Observância do princípio da supremacia do interesse público sob a luz do RDC.....	255
4.1	Princípio da supremacia do interesse público.....	255
4.2	O Regime Diferenciado de Contratações atenderia o interesse público?.....	256
4.2.1	Os eventos esportivos em questão são benéficos ao País?.....	256
4.2.2	Seria a criação do RDC mesmo necessária?.....	257
5	Considerações finais.....	258
	Referências.....	260

## **Parecer**

Eleição para cargos diretivos de Tribunal de Justiça e capacidade eleitoral passiva.  
Limites do poder constituinte estadual

<b>Clèmerson Merlin Clève</b> .....	265
1 A consulta.....	265
2 A inconstitucionalidade do art. 99, I, da Constituição Estadual do Paraná e do art. 82, §8º, do Regimento Interno do TJ/PR.....	266
3 Inaplicação das disposições inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça do Paraná.....	272
4 Conclusão.....	275

<b>ÍNDICE</b> .....	277
---------------------	-----

<b>ABSTRACTS</b> .....	283
------------------------	-----

<b>INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES</b> .....	287
---	-----